

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 22.261.473/0001-85
Belo Horizonte - MG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

d. Ativos circulantes e não circulantes

➤ Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, sendo que os materiais em estoque são classificados no ativo circulante - materiais para manutenção, e os materiais destinados a obras são classificados no ativo imobilizado em curso - materiais em depósito não sendo depreciados. Os valores dos estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

➤ Ativo de concessão

A Companhia realizou a segregação de seu ativo de concessão em financeiro e intangível, conforme determinação do ICPC 01 - Contratos de Concessão e do OCPC 05 - Contratos de Concessão. Em decorrência do prazo do Contrato de Concessão vigente ser superior ao prazo de vida útil nos exercícios 2016 e 2015, não existem valores classificados como ativos financeiros nesses exercícios.

➤ Ativo intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura construída pela concessionária como parte do Contrato de Concessão de serviço público de distribuição de gás natural canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 - Ativos Intangíveis, o ICPC 01 - Contratos de Concessão e o OCPC 05 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é avaliado inicialmente pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas compatíveis com a vida útil dos bens, conforme mencionado na Nota 11.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Também integram o ativo intangível os valores de ativos adquiridos de terceiros e os desenvolvidos e construídos internamente pela Companhia, substancialmente representados por gastos na implementação de softwares. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.
- As faixas de servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição, com vida útil indefinida.

e. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f. Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis no nível individualizado. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os ativos intangíveis de vida útil definida têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis de servidão permanente têm vida útil indefinida e seus valores de recuperação são testados anualmente (de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01), independentemente de haver indicadores de perda de valor.

A Administração da Companhia não identificou evidências que justificassem a necessidade de reduções significativas no valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

g. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

i. Contribuição de consumidores

As contribuições recebidas de consumidores destinadas à construção da rede de distribuição de gás estão apresentadas como redutoras do ativo intangível. São classificadas inicialmente na conta de Adiantamento de clientes, onde permanecerão até o início do fornecimento do gás. Após o início do fornecimento, os valores são transferidos para rubrica Obrigações especiais - participações financeiras, do grupo não circulante.

As Obrigações especiais - participações financeiras são amortizadas de forma proporcional às amortizações ou baixas dos respectivos ativos intangíveis.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, à taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Benefícios a empregados

i. Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos estejam disponíveis.

As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

ii. Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Este benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios dos planos previdenciários B - Mistos e do plano de saúde ProSaúde é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - Projected Unit Credit, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - Projected Benefit Obligation), de acordo com o recomendado pelo CPC 33 - Benefícios a empregados.

iii. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob a participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A participação nos lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registrada na rubrica de despesa com pessoal.

l. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

m. Adoção de normas contábeis

No exercício corrente, a Companhia analisou as novas normas e as normas revisadas emitidas pelo IASB, pelo CPC e pelo CFC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2016. De acordo com a análise da administração, não houve alteração na forma de mensuração, reconhecimento ou divulgação proveniente de alterações nas normas a seguir:

- CPC 04 - Ativo Intangível (NBC TG 04 (R2))
- CPC 18 - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (NBC TG 18 (R1))
- CPC 19 - Negócios em conjunto (NBC TG 19 (R1))
- CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis (NBC TG 26 (R2))
- CPC 27 - Ativo Imobilizado (NBC TG 27 (R2))
- CPC 29 - Ativo Biológico e produto agrícola (NBC TG 29 (R1))
- CPC 35 - Demonstrações separadas (NBC TG 35 (R2))
- CPC 36 - Demonstrações consolidadas (NBC TG 36 (R2))
- CPC 45 - Divulgação e participação em outras entidades (NBC TG 45 (R1))
- OCPC 08 - Reconhecimento de determinados ativos e passivos nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das distribuidoras de energia elétrica emitidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade (CTG 08)

As alterações destas normas não trouxeram impacto significativo nas divulgações ou nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

n. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e não adotadas

Para as normas abaixo não é esperado impacto significativo quando da sua vigência: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2017:

- Modificações no CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa (NBC TG 03 (R2))

- Modificações no CPC 32 - Tributos sobre o lucro (NBC TG 32 (R2))

Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018 e 2019:

- CPC 47 - Receita de contrato com cliente (NBC TG 47)
- CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (NBC TG 38 (R3))
- CPC 10 - Pagamento baseado em ações (NBC TG 10 (R2))
- CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil (NBC TG 06 (R1))
- CPC 18 - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (NBC TG 18 (R1))
- CPC 36 - Demonstrações consolidadas (NBC TG 36 (R2))

A Administração está avaliando os eventuais impactos da adoção destas novas IFRS. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável até que sejam concluídos os estudos detalhados destes impactos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| Tipo de aplicação / recurso | 2016 | 2015 |
|--|---------------|---------------|
| Caixa..... | 5 | 3 |
| Contas correntes..... | 804 | 1.299 |
| Operações compromissadas..... | 22.039 | 16.436 |
| FI Renda Fixa Energia de Minas Gerais..... | 19.257 | 16.008 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa..... | 42.105 | 33.746 |

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de valor. A GASMIG possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade e, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não possuía nenhuma operação objeto de swap em sua carteira.

As aplicações financeiras em operações compromissadas lastreadas em debêntures e CDBs são remuneradas por taxas variáveis em 31 de dezembro de 2016 de 85,00% a 104,70% e em 31 de dezembro de 2015 de 99,60% a 104,93% do CDI, tendo como emissores bancos de primeira linha.

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 estão registrados pelo custo contábil atualizados pelas taxas de aplicações, quando aplicável, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota 24.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| Tipo de Aplicação | Classificação contábil | 2016 | 2015 |
|-------------------|---|---------------|---------------|
| FIC Pampulha..... | Circulante - Valor justo através do resultado | 25.849 | 45.717 |
| FIC Pampulha..... | Não Circulante - Mantidos até o vencimento | 1.429 | 1.012 |
| | | 27.278 | 46.729 |

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais a preços e condições do mercado, com carência para resgate acima de 30 dias, sob pena da incidência de IOF, sendo remunerados por taxa em 31 de dezembro de 2016 de 104,70%, e 31 de dezembro de 2015 de 104,93% do CDI.

A composição do fundo por classificação dos títulos é apresentada a seguir:

| Classificação | 2016 | 2015 |
|--|---------------|---------------|
| Circulante | | |
| Letras financeiras - Bancos..... | 22.578 | 27.591 |
| Debêntures..... | 2.255 | 9.610 |
| Certificados de depósitos bancários (CDB)..... | 1.016 | 8.516 |
| Subtotal..... | 25.849 | 45.717 |
| Não Circulante | | |
| Letras financeiras - Bancos..... | 436 | 1.001 |
| Debêntures..... | 993 | - |
| Outros..... | - | 11 |
| Subtotal..... | 1.429 | 1.012 |
| Total..... | 27.278 | 46.729 |

6. OUTROS INVESTIMENTOS (APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS)

| Tipo de Aplicação | 2016 | 2015 |
|-----------------------------|-------|--------|
| Títulos Públicos (LFT)..... | 9.650 | 24.651 |

As aplicações financeiras apresentadas estão vinculadas às debêntures (Nota 12) com o BNDES e possuem natureza de garantia parcial da operação.

A valorização das aplicações financeiras é contabilizada com base no valor justo e registrada no resultado. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados nota 24c.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| Consumidores | 2016 | 2015 |
|--|---------------|---------------|
| Grandes volumes..... | 65.879 | 58.120 |
| Automotivo - (Gás veicular)..... | 4.695 | 4.006 |
| Gás natural comprimido - GNC..... | 1.637 | 1.636 |
| Uso geral..... | 1.834 | 1.495 |
| Pequenos clientes não residenciais..... | 437 | 146 |
| Residencial..... | 872 | 172 |
| Usinas termelétricas..... | 9.439 | 26.506 |
| Cogeração..... | 1.627 | 1.601 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa..... | (6.083) | (5.974) |
| Total líquido de contas a receber..... | 80.337 | 87.708 |